

CAPÍTULO 5

Conhece-te a ti mesmo, enfrenta a ti mesmo: os relatos de si como ponto de partida para a produção de conhecimento

CAMILA M. C. ALVES MANTOVANI

SÔNIA CALDAS PESSOA

STEPHANIE BOAVENTURA

O INÍCIO

O primeiro dia de aula foi, sem dúvida, uma incógnita. Estávamos, duas professoras, diante de uma turma que nos parecia única. O leitor pode nos indagar e com razão: mas todas elas não o são? O que poderia haver de peculiar nesta, em especial? Apesar da nossa experiência no convívio constante com pessoas com deficiência em atividades na universidade e em nossas vidas, estávamos diante de alunos que, em uma definição rasa e apressada, poderiam ser divididos em pessoas com e sem deficiência. O mundo, tomado aqui em abordagem generalista e talvez perigosa, algumas vezes nos parece se apresentar assim. Tal situação nos confrontava com os dilemas cotidianos que trazemos à tona em nossas pesquisas e reflexões para incursionarmos por territórios fluídos, que nos escapam em conceitos e nos atravessam em nossas fragilidades profissionais e pessoais. Estamos tocando no universo desafiador do ensino e da pesquisa materializado em seres humanos diversos, dissidentes e resistentes em uma sala de aula na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como lecionar, tornar um ambiente pouco hospitaleiro, do ponto de vista arquitetônico e atitudinal, em uma ambiência minimamente acessível, compartilhar informação e conhecimento e, simultaneamente, sermos afetadas por pessoas que procuraram a disciplina por inquietações pessoais? A maioria estava ali, nos pareceu claro desde o primeiro contato, em busca de respostas para a própria existência. E como seríamos capazes de aliar nossas reflexões sobre pesquisas, que se propõem articuladas em dimensões afetivas, em experiências de ensino? Era a primeira vez de muitas: a nossa primeira vez na Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão, a primeira vez de um cadeirante aposentado em sala de aula de uma universidade pública, a primeira de uma estudante de Letras com deficiência física e intelectual em uma turma considerada inclusiva, a primeira vez de rapazes sem deficiência tocados pela temática, a primeira vez de um aluno sem deficiência que se dizia perdido, sem sentido na vida acadêmica, a primeira vez em que estávamos todos, inquietos, diante do que estava por vir.

Podemos dizer que o caminho foi longo, tortuoso, espontâneo e gestado com cuidado, e que este texto tenta recuperar a memória, ainda difusa e em consolidação, de momentos que se fizeram importantes para a discussão sobre afetos, ensino e pesquisa em Comunicação.

Acreditamos que quando os afetos entram em cena numa pesquisa científica, tem-se o início de movimentos interessantes. Ao mesmo tempo em que eles revelam as limitações do pesquisador e seus métodos de trabalho, apontam também para a complexidade e a riqueza da empiria. Isso porque, ao privilegiar os afetos, cria-se a necessidade de conferir aos atores pesquisados autonomia e liberdade para atuar de forma ativa na criação de sua representação (MARTINO & MARQUES, 2018). Mas os alunos gostariam de ser também pesquisados? Certa vez, em sala, uma das alunas com deficiência afirmou que muitas vezes se sente cansada de “ser sempre pesquisada por parecer que está sendo observada o todo o tempo”.

Nesse sentido, entendemos que das falas depuradas, dos chamados recortes cirúrgicos ou enquadramentos racionais, necessários e validados cientificamente em outros estilos de pesquisa, temos a revelação de uma expressão não lapidada em uma dimensão, o que permitiria que paradoxos e contradições se fizessem presentes na maneira como sujeitos se expressam e contam sobre si mesmos.

Na perspectiva de Moriceau (2016), a reflexão advinda de uma abordagem baseada na Teoria dos Afetos é, sobretudo, ética, pois questiona esse lugar, aparentemente pacificado, do pesquisador que fala pelo outro. Nesse sentido, o que se busca é criar dinâmicas, em conjunto, que permitam um falar com, tornando o sujeito pesquisado um interlocutor. De novo, um questionamento se manifestava entre nós: estudantes são sujeitos pesquisados ou nos dão o privilégio de uma escuta em suas falas?

A partir dessas inquietações e levadas por esse movimento de propiciar uma interlocução entre nós, pesquisadoras, e os discentes, pretendemos que este texto seja co-constituído com você, leitor, que nos reserva um tempo precioso. De um exercício desenvolvido na disciplina Mídia, deficiência, corpo e acessibilidade, ofertada por nós no segundo semestre de 2018, e que integra as atividades de ensino do Afetos - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades¹, delinea-se uma tentativa de promover esses deslocamentos. Ao correr os riscos de nos deixar levar por uma experiência mais autêntica com a alteridade, nós pesquisadoras, podemos nos permitir movimentos impensados, mas conectados com os imprevistos de um estar permanentemente em pesquisa, com afetos.

Neste sentido, o que relatamos neste artigo não pretende alçar o voo de conhecimentos hegemônicos e incontestáveis. Trata-se de um conjunto de experiência, única, que se deu em um universo e um cenário específicos, com a concordância dos estudantes envolvidos, interessados, assim como as professoras e a mestranda, que é nossa companheira de pesquisa e de escrita, a compartilhar modos de estar no mundo, ou, mais especificamente, modos de se manifestar no mundo. Entremeando teoria e empiria, buscamos tecer uma escrita afetiva a muitas mãos, já que, além das pesquisadoras, os sujeitos pesquisados se colocam aqui na condição de produtores de conhecimento sobre o mundo, sobre suas relações e, principalmente, sobre si mesmos.

1. As reflexões aqui apresentadas constituem um conjunto de pesquisas financiadas pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Edital PIPA - Programa de Apoio à Inclusão e Promoção à Acessibilidade - 2018; Pró-Reitorias de Graduação, de Assuntos Estudantis, de Extensão e de Pesquisa (UFMG). Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Probic) da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq/UFMG) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA DA VULNERABILIDADE

Os trabalhos de pesquisa, ensino e extensão vinculados ao Afetos, em geral, tendem a se aproximar de uma característica comum à tradição que Henderson (1995) denominou *pesquisas emancipatórias*² e que Moriceau (2017) identifica de forma explícita na teoria crítica e implícita em outros campos de pesquisa: o objetivo, quando não de transformar diretamente a realidade social, busca colocar mundos em movimento, ou seja, produzir efeitos no real. Assim, o grupo é movido por um princípio ético de que a ciência pode afetar a sociedade e contribuir para construir “mundos mais hospitaleiros e menos desiguais”³. Entre os nossos objetivos e as nossas ações como pesquisadoras nos propomos trilhar percursos que nos desafiam a não só registrar o dissenso, mas a respeitar a diversidade por meio da escuta. Essa escuta, no entanto, nem sempre se faz de modo tranquilo; o questionar de ideias e de opiniões consolidadas se descortina para pesquisadoras e pesquisados; estamos nos referindo a modos de perceber e de estar no mundo.

Em artigo publicado ainda em 1988, Boaventura de Sousa Santos identifica, em uma nova perplexidade e uma falta de confiança epistemológica a rondar o meio acadêmico na época, as bases para um novo paradigma científico. No campo das pesquisas que buscam transformar a realidade social, alguns esforços no âmbito dos estudos feministas já questionavam pressupostos do paradigma moderno cerca de duas décadas antes. Ainda durante a chamada segunda onda do movimento de mulheres nos Estados Unidos, entre as décadas de 1960 e 1970, as pesquisas feministas confrontaram as formas pelas quais a ciência construía conhecimento a respeito da vida social. Segundo Harding (1987), esses esforços promoveram um entendimento de que as “epistemologias tradicionais, intencionalmente ou não, excluem sistematicamente a possibilidade de que as mulheres possam ser ‘conhecedoras’ ou *agentes do conhecimento*” (HARDING, 1987, p. 3, tradução livre⁴). Esse entendimento sustentou a reivindicação de que a voz da ciência era uma voz masculina, que contava a história do mundo por

2. No original, *emancipatory inquiries*.

3. Disponível em: <https://afetos.com/pb/>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

4. No original: “traditional epistemologies, whether intentionally or unintentionally, systematically exclude the possibility that women could be “knowers” or agents of knowledge.”

um ponto de vista específico. No caso das mulheres com deficiência, ainda hoje, esse quadro permanece sensível. Em nossa sala de aula, uma aluna revela que parte da sua infância foi marcada pelos sucessivos episódios de saúde que a impunham repouso e a impediam de ir à escola. Associados a eles, algumas professoras estimulavam a família a deixar a criança em casa, mesmo quando não era necessário o repouso, de onde poderia fazer as tarefas. Outras vezes, a família foi encorajada a transferi-la para uma escola específica para pessoas cegas por conta da sua baixa visão. Privada das aulas e do convívio com os colegas, em diversas situações, contentou-se com um ensino a distância motivado pela praticidade e, provavelmente, pelo medo dos docentes sobre como lidar com o desconhecido: a deficiência.

Ressoando mais de um século de lutas feministas em defesa do direito à educação para mulheres, Lerner (1987) nos lembra que a desvantagem educacional preserva, aos homens, o monopólio das definições e contribui para manter as mulheres desprovidas de “uma alternativa ao sistema de símbolo e significado daqueles que as dominam” (LERNER, 1987, p. 222, tradução livre⁵). Se não são reconhecidas como agentes de conhecimento, tendo suas experiências desvalorizadas e consideradas insignificantes, as mulheres aprenderam a desconfiar de sua própria inteligência:

Que sabedoria pode haver na menstruação? Que fonte de conhecimento há no seio cheio de leite?
 Que alimento para a abstração há na rotina diária de alimentar e limpar? [...] O conhecimento das mulheres se tornou mera “intuição”, a fala das mulheres se tornou “fofoca” (LERNER, 1987, p. 224, tradução livre⁶)

Não conseguimos contabilizar, nem é nosso intuito, as vezes em que as mulheres com deficiência, matriculadas na nossa disciplina, trouxeram à baila as dificuldades de reconhecimento da sua existência e da sua autoridade para falarem sobre si. Desafios que tiveram início nas famílias, sempre cautelosas, de permitirem que essas mulheres se lançassem no mundo como

5. No original: “an alternative to the symbol and meaning system of those who dominate them”

6. No original: “What wisdom can there be in menses? What source of knowledge in the milk-filled breast? What food for abstraction in the daily routine of feeding and cleaning? [...] Women’s knowledge becomes mere ‘intuition,’ women’s talk becomes ‘gossip.’”

gostariam, repletas de conhecimento sobre si e sobre o que desejariam experimentar. Um mundo, segundo elas, no qual seriam mulheres, antes de serem mulheres com deficiência.

Quem sou eu? De onde eu venho? Sou minha avó, minhas sobrinhas! Vivo nesse corpo pra pertencer. Nasci em vão! Não pertença! Às vezes só queria ser uma nuvem, porque ela pertence ao céu. Mas será que alguém o alcança?!

A deficiência me define? É tudo que eu sou, mas não diz nada sobre mim! É o que já perdi e não ganhei! É o que me embriaga, vicia, e faz com que goste de mim! É meu excesso mais sedento! É o que me mata toda vez que pessoas como essas passam por mim. E me vivifica a cada segundo que o não enxergar me faz ver. (Depoimento 4)

O relato acima nos diz de um movimento em busca de definição, que é inerente ao ser humano. E aqui ele aparece marcado pela necessidade de liberdade, de liberdade para dizer o que se é, o que não se é e, principalmente, o que se deseja ser/reconhecer.

Retomando a reflexão teórica, foi importante, dentro dos processos históricos do movimento feminista, reconhecer que mulheres são sujeitos de conhecimento. Harding (1987) explica que foi preciso desafiar a noção de que a vida social era moldada apenas pelas atividades que, mesmo quando executadas por mulheres, estavam entre aquelas que os homens consideravam relevantes de serem estudadas, como as que constituem o domínio público. O deslocamento desse foco para a esfera privada da vida foi crucial para que nos tornássemos capazes de compreender “como as mudanças nas práticas sociais da reprodução, sexualidade e maternidade moldaram o estado, a economia e as outras instituições públicas” (p. 4, tradução livre⁷).

A sexualidade e a maternidade são temas recorrentes para mulheres com deficiência. Uma de nossas alunas relatou que o prognóstico de um médico de que jamais seria mãe, porque o corpo dela “não seria capaz de sustentar uma gravidez”, a marcou por quase 30 anos. Não questionamos a conduta médica. Chama-nos a atenção, porém, como laudos e documentos podem, em tese, preservar um corpo físico enquanto amedrontam e prendem o

7. No original: “how changes in the social practices of reproduction, sexuality, and mothering have shaped the state, the economy, and the other public institutions.”

conduzir de uma vida. Um tensionamento se coloca aí de forma pungente. O laudo médico parece encerrar uma condição de existência, como uma profecia autorrealizável, onde o prognóstico torna-se uma crença e, assim, cria as condições de sua realização.

Variante de Dandy Walker, cisto que acomete o desenvolvimento cognitivo e bloqueia o líquido que circula no cérebro, causando leve déficit intelectual e dificuldade na captação e compreensão de conteúdos, além de hemiparesia esquerda, leve paralelismo.

Esta condição de saúde foi diagnosticada aos meus 16 anos e isso me ajudou a perceber o porquê de algumas limitações e do porquê de muitas vezes ser tratada como incapaz para a vida em sociedade e principalmente por pessoas da minha família que não acreditam muito em meu potencial. Fui por vezes discriminada pelo meu jeito de ser e agir e isso me fez descobrir coisas boas e ter persistência; saber que com esforço e dedicação meus objetivos seriam alcançados. Assim como concluir meus estudos na educação básica e depois de anos de preparação ingressar no ensino superior em duas das melhores universidades do país, ter um propósito na vida que é criar minha filha, encaminhá-la para um futuro, trabalhar com a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no ensino superior, foco este que tenho desde que ingressei no ensino superior. Além ser uma pessoa autossuficiente e ser útil a sociedade. (Depoimento 5)

O relato acima foi feito por uma aluna. Nosso primeiro contato com ela foi anterior à disciplina, num processo seletivo para bolsistas. Nesse encontro, alguns contratos comunicacionais não operaram da forma esperada e a primeira reação foi de estranhamento. Porém, a partir de sua fala, durante a entrevista, percebemos que aquele comportamento, que poderia ser lido como indelicado ou rude, era parte de sua condição de pessoa com deficiência. A dificuldade para sorrir, devido à hemiparesia⁸ e a dor constante em seu corpo traziam tensão à sua expressão. Com a proximidade da convivência e a confiança conquistada na nossa relação, percebemos que o sorrir, a despeito da condição física, foi se tornando mais leve, menos dolorido, menos difícil. Fomos nos permitindo conversas rápidas e troca de informações sobre comportamento e relacionamento com colegas e professores. Ao longo do percurso, mudanças, algumas sutis, outras significativas, foram sendo percebidas por todos. Estar juntos se tornou mais natural.

8. Paralisia branda de uma das metades do corpo.

Se um diagnóstico, por vezes, ajuda-nos a compreender determinados comportamentos, noutras ele parece eliminar os questionamentos e as possibilidades, criando uma existência delimitada por uma determinada condição de saúde. Se as perguntas existem, elas se fazem para testar hipóteses, fechar diagnósticos.

Mas a (re) existência escapa ao diagnóstico. Ela quer e precisa se ver além. Nossa outra aluna, jornalista, tenta escapar a essa condição, a esse lugar pré-determinado em que parecem querer enquadrá-la

Tenho laudos, vivências, dores, e até uma CID, sigla que denomina o livro onde está escrito o Código Internacional de Doenças, lista onde estão registrados todos os males do mundo. E, pasme: é uma CID pensada única e exclusivamente para minha síndrome óssea e para meus desalinhos visuais.

Mas, se você encontrar comigo em uma sala de desfiles durante uma semana de moda, local onde estou presente com certa frequência, já que sou colunista desse assunto na TV onde trabalho como repórter e produtora, você provavelmente não reconhecerá nada disso em mim. Esse não é o local esperado para pessoas com deficiência estarem. Ainda mais trabalhando. Além disso, você só percebe um joelho torto ou um olho vesgo se olhar atentamente e, por educação, as pessoas não fazem isso nesses locais. Em tese, é deselegante e a luz não favorece já que o que importa é a passarela. Só esse ponto é iluminado. (Depoimento 2)

O movimento de investigação sobre o qual refletimos nos remete àqueles que se dão de muitas formas e que se fizeram presentes no desenvolvimento de novas propostas metodológicas que tomavam as experiências concretas de mulheres, no plural, como fontes empíricas e teóricas, e permitiram estudar as mulheres pelo prisma de suas próprias vivências. Esses métodos, ainda que tivessem suas limitações, levaram as pesquisadoras a indagar o cotidiano, a vasculhar a esfera do privado e a politizar os movimentos banais da manutenção básica da vida. Eles também possibilitaram a conquista de espaço, em um terreno tão restrito e inacessível como a academia, para as vozes de sujeitos que não eram vistos como conhecedores, porque a seus saberes era negada a marca da transcendência e reforçada a marca da insignificância. Propiciaram, ainda, novas configurações das relações de pesquisa em que aquele, ou aquela, que investiga se mostra no processo como um indivíduo concreto e histórico, e não como uma autoridade cuja voz se faz anônima na escrita.

Essa proposição, quando dirigida para as realidades de sujeitos em situação de vulnerabilidade, nos permite ver como essas experiências podem fornecer perguntas específicas a serem formuladas e descortinar pistas da vida social que, de tão entrincheiradas no cotidiano, poderiam passar despercebidas em outro registro do fazer científico.

Como Santos (1988) demonstra, a racionalidade científica que nasce a partir do século XVI e se torna um modelo global de conhecimento no século XIX, é totalitária, no sentido de que resguarda suas “fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não-científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos [...]” (p. 48). Se os saberes partilhados no cotidiano não são vistos como dignos de serem apreendidos nos traçados dos trabalhos acadêmicos, corremos o risco de manter invisível uma importante dimensão da vida em que as condições de vulnerabilidade se perpetuam.

Há que se ter, no entanto, consciência dos limites desse modo de conhecer a realidade que privilegia os fluxos da experiência. Em entrevista, o professor Ben Highmore (SIMI, 2018) nos alerta para um certo romantismo que envolve a ideia de ouvir as vozes que não costumam ser ouvidas, que tende a considerar que essas vozes carregam, necessariamente, propostas de resistência, em um sentido político. Deste modo, ele nos lembra que, mesmo em países com leis e aparatos institucionais fortes para controlar a reprodução de relações de opressão entre os grupos sociais, é precisamente no cotidiano que essas relações são reforçadas. Ainda assim, o autor defende que “o cotidiano é sempre uma pergunta, um problema” (p. 116) e se opõe ao baixo valor que é conferido, dentro das convenções acadêmicas, à descrição enquanto uma prática interpretativa que possibilita erguer camadas descritivas, tomadas de múltiplos pontos de vista, e complexificar o entendimento do real.

A CRISE DA REPRESENTAÇÃO E OS AFETOS NAS CIÊNCIAS

Esse movimento epistemológico, sobre o qual refletimos, não está, de modo algum, restrito à experiência feminista. As reflexões e os questionamentos aqui expostos estão inseridos no longo processo de desenvolvimento do pensamento ocidental, que precede e ultrapassa, em muito, os limites

históricos e geográficos da segunda onda do movimento de mulheres. Quando, pouco mais de uma década antes do fim do século XX, Santos (1988) denuncia o “fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica” (p. 47), ele situa nas tramas da história esse processo por meio do qual o ser humano busca compreender o ato de conhecer.

O autor levanta as condições de produção do conhecimento no domínio do paradigma moderno, sob o pressuposto de uma dicotomia que fragmenta o real entre um reino do natural e um reino do humano, e sustenta a separação entre objeto e sujeito que, por muito tempo, pavimentou o campo acadêmico. Ele nos desafia a questionar essas dicotomias e a olhar para o mundo enquanto uma totalidade, que não se reduz às suas partes, uma ousadia que pode fazer ruir as bases seguras sobre as quais erguemos nossa sabedoria do mundo. Além disso, se, a partir do lugar que a lógica matemática ocupa nesse modelo, “conhecer significa quantificar” e aquilo “que não é quantificável é cientificamente irrelevante” (p. 50), é aterradora a imensidão de mundos que arriscamos manter invisíveis.

Assim, já era possível pressentir, ainda nos fins do século passado, o advento de uma ciência que propõe outros termos para conceber o real, não por meio de sua redução, mas por sua complexidade; não por sua fragmentação, mas por sua totalidade: “Uma nova gnose está em gestação” (p. 67). Esse entendimento complexificado do mundo, construído enquanto polifonia, a partir de múltiplos e localizados pontos de vista, carregava, naquele momento - e ainda carrega - um potencial para a consolidação de práticas mais acolhedoras e engajadas com a promoção da hospitalidade no mundo em todas as dimensões da vida (PESSOA, 2018), de nossos atos cotidianos ao exercício da ciência.

Entretanto, mais que questionar como saber, é preciso também discutir como comunicar o saber, o que nos leva a pensar a crise da representação, como formulada por Moriceau (2017), que nos diz que “hoje toma forma uma virada em direção a teorias não representacionais, ou mais que representacionais” (p. 206). O autor retoma três exemplos desses movimentos que buscaram desafiar a ordem da representação ao longo da história do pensamento ocidental, a partir das críticas feitas pela etnografia, o pós-estruturalismo e a teoria estética, cada um com um enfoque distinto, e propõe pistas de novas possibilidades para a pesquisa no âmbito dos estudos em comunicação.

Nos termos do ato de corporificar a pesquisa em sua comunicação, a representação, embora ainda seja o regime normativo da prática acadêmica em grande parte de suas disciplinas, é apenas uma das múltiplas possibilidades para comunicar nossos processos e resultados. E, ainda que prevalentes, as representações carregam limitações que devem ser consideradas no momento da escrita, na medida em que “afastam a experiência vivida, cristalizam as dinâmicas, fixam os lugares, impõem um ângulo de visão ou uma narrativa, atribuem o papel central a seu autor” (MORICEAU, 2017, p. 205). Não se trata, aqui, de desvalorizar todo o vasto corpo de conhecimento que foi erguido no domínio desses outros modelos, ainda quando sustentados em processos mentais arbitrários de redução e depuração do real: os avanços em nosso entendimento do real são precisamente parte das condições que temos para poder formular essas novas perguntas. Trata-se, no entanto, de reconhecer que o “pensamento por representações, como forma canônica de conhecimento, é historicamente datado e o homem está ausente dele” (MORICEAU, 2017, p. 209).

Essas formas de representação, que emanam das instâncias acadêmicas e científicas, também povoam os ambientes midiáticos, tendo assim um papel bastante significativo na constituição de imaginários sociodiscursivos (PESSOA, 2018). Um aluno, estagiário de uma emissora de televisão conta sobre sua experiência com a deficiência, dando-nos pistas de como o universo das pessoas com deficiência pode se apresentar de forma circunscrita reforçando determinados estereótipos.

Em um outro estágio, na RecordTV Minas, tive a oportunidade de produzir pautas em um programa denominado “Faça Parte”. Trata-se de um quadro, exibido no Balanço Geral Minas, todas as quintas-feiras, durante cerca de dez minutos. O quadro é apresentado por Thiago Helton, um advogado, que faz as reportagens. O programa tem o objetivo de informar aos cidadãos sobre os seus direitos, mostrar as dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência no Brasil, chamar a atenção da sociedade para importância da inclusão e cobrar do Poder Público medidas efetivas para a afirmação de direitos e em favor do respeito as diversidades e da igualdade de oportunidades. (Depoimento 6)

As convenções, sejam elas acadêmicas ou sociais, quando naturalizadas, podem engessar o movimento do pensamento. Um exemplo disso é como tendemos a esconder, no relato dos processos de pesquisa, os erros, as falhas,

simulando uma linha de progresso contínuo que teria desaguado na própria representação. Mas como contabilizar, nesse registro, a responsabilidade do acaso em nossas pesquisas? Como visibilizar o papel desempenhado pelos afetos, por aquilo que escapa à razão, ou mesmo pelas tiranias do nosso próprio ponto de vista, marcado por tantas experiências singulares e coletivas? A representação, que falha em “captar a potência profunda da repetição que se expressa a cada vez segundo linhas diferentes” (MORICEAU, 2017, p. 209), não dá conta mais, sozinha, de comunicar práticas científicas pautadas no reconhecimento e acolhimento de forças que não podem ser domesticadas pela razão pura.

Essas reflexões nos levam a pensar os lugares que ocupamos, como pesquisadoras, cidadãs e sujeitos implicados nas relações sociais, no processo de produção de conhecimento e atentar para alguns movimentos autoritários que tendem a passar despercebidos. A representação nos demanda ocupar um lugar que não existe, subir em um pedestal invisível que nos autoriza a tomar nosso próprio ponto de vista, circunscrito pelas múltiplas forças sociais e históricas que nos atravessam como indivíduos e coletividades, como uma perspectiva neutra a partir da qual seria possível falar com segurança do outro. Logo, as críticas à representação nos instigam a pensar o que pode surgir quando recusamos esse pedestal e nos posicionamos em um mesmo horizonte de influências que liga os sujeitos pesquisados, os sujeitos pesquisadores e sujeitos leitores:

Reconheceremos as circunstâncias cognitivas, afetivas, intertextuais, ou políticas de seus surgimentos. Pensaremos em nossa própria posição em termos de classe, de gênero, de etnia, de geração, etc. Todos esses elementos que, sem explicá-los, permitirão ao leitor e a nós mesmos de interpretar nossas interpretações, de colocá-las em perspectiva (MORICEAU, 2017, p. 214)

Se optamos por trabalhar no domínio de uma ciência que pretende intervir na realidade social, é preciso considerar de que maneiras é possível concretizar os desdobramentos de uma pesquisa. Sabemos que a proposta pode ser considerada ousada. E não temos pretensão de atingir metas. Aqui estamos nós, três mulheres sem deficiência, nos aventurando a experimentar uma escrita supostamente coletiva por nós orientada e compilada. A escrita como performance nos oferece uma via para acender uma fagulha que pode colocar as coisas em movimento. Enquanto “a representação deixa

frequentemente intacto aquele que a representa, que a observa, assim como aquilo que é representado” (MORICEAU, 2017, p. 210), a escrita performativa, em vez de partir da distância arbitrária entre sujeito e objeto, e entre pesquisador e leitor, deixa brotar o inesperado do contato afetivo entre eles. Essa escrita nos permite inserir novos movimentos entre esses sujeitos, num esforço contínuo de reflexividade que, ao recuar e colocar em perspectiva seus próprios pressupostos, abre o texto para leituras criativas, sensíveis, afetadas. Assim, tomar uma nova distância da representação, como modelo absoluto de comunicação científica, pode ativar nosso potencial para afetar o mundo. Mas estamos aptas a enfrentar tais desafios?

ENTRE FALAS E ESCRITAS PERFORMATIVAS: A SALA DE AULA COMO EXPERIÊNCIA AFETIVA

Retornamos ao primeiro dia de aula.

Em meio a apresentações formais, olhares percorrem a sala. Em alguns gestos, falas e rostos, demoram-se ou passam rapidamente, colhendo ali as tais primeiras impressões, que dizem ser as que ficam. Falas revelam interesses e recobrem desconfortos. Por que você veio cursar essa disciplina? Os motivos são diversos, de uma escolha aleatória ao desejo genuíno da busca pelo conhecimento. Alguns deixam escapar de pronto que buscaram respostas para suas inquietações pessoais, a própria deficiência, um parente próximo que se tornou pessoa com deficiência, uma injustiça, a busca por um mundo melhor..

Deficiência. Eixo articulador das discussões propostas, ela aparece nas falas e nos corpos. Nalguns, são experiências fugidias, vividas com certo distanciamento. Noutros, deixam marcas, configuram condição de existência, dizem de quem se é. Já de início tem-se o desafio: articular perspectivas, visões e percepções de si, com um exercício reflexivo próprio da ciência.

Além disso, apresenta-se também o desafio cotidiano: a cadeira adequada para a coluna; a mesa na medida certa para a cadeirante; o tamanho da fonte dos textos para a pessoa com deficiência visual; o explicar mais calmo e repetitivo para a estudante com deficiência intelectual, a vaga para cadeirantes ora ocupada por outros carros de pessoas sem deficiência, ora, com objetos. E como levar uma turma com corpos tão diferentes para uma aula no gramado da universidade? Como deitar no chão uma pessoa com

deficiência seguindo os comandos que ela lhe dá? Como levar uma cadeirante ao banheiro pela primeira vez? Essas experiências e suas narrativas extrapolam este texto, mas dão conta da ambiência na qual mergulhamos em um semestre letivo.

O caminho tradicional é conhecido: afastar-se para melhor compreender, articular, inferir e propor. É preciso não se deixar contaminar, a ciência pede assepsia. Mas queremos mesmo ser assépticas? Esse lugar conhecido, testado e verificado, não é mais opção. Do porto seguro da representação, tomamos distância, nos lançamos aos mares da afetação, um exercício mútuo, complexo e revelador.

Caberia tudo isso numa disciplina? Diante da abertura proposta pelos Afetos, temos os limites das horas-aula, das carteiras, do projetor, do quadro branco, do sistema de avaliação que pede nota, conceito, presença, faltas não são justificadas. Temos uma sala de aula apta a receber 50 estudantes para uma turma de 10 alunos em tardes sempre quentes em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. O tamanho da sala, por si só, é pouco convidativo. Mas, por tudo isso, faz-se necessário encontrar algumas brechas, frestas que dão passagem para um ar fresco, ou para uma respiração já fatigada. Não importa, nessa descontinuidade, busca-se o sentido.

Falar sobre si, falar sobre sua experiência, relatar. Tecer explicações, encontrar o fio da meada, ou perder-se no emaranhado de sensações. Para Rago (2013) e Butler (2015), *os relatos de si*, numa perspectiva afetiva, são importantes ferramentas na medida em que possibilitam aos indivíduos uma atenção a suas ações e a seus movimentos responsivos, ajudando-os na compreensão de si, bem como no entendimento do outro. Os relatos de si não obedecem, necessariamente, a uma temporalidade linear, mas se fazem a partir de episódios que marcaram a trajetória dos sujeitos. Como nos mostram os relatos a seguir, de uma aluna da disciplina. Poderíamos não descrevê-la, o que impediria o leitor de entender melhor o contexto. Parece-nos, no entanto, que devemos assumir que algumas descrições, redigidas aqui a partir da nossa percepção e não da dela, contribuem para a leitura. A estudante é pessoa com deficiência, se locomove em cadeiras de rodas e tem movimentos restritos concentrados nas mãos e no pescoço:

Nas páginas de um livro de biologia encontrei uma explicação para minha doença, entretanto, além das teorias sobre genética havia também o único prognóstico para os sujeitos com Duchenne. Em sua maioria faleciam na adolescência.

Aqui foi meu ponto de “virada afetiva” (MENDONÇA, 2016), me lembro desse dia como se fosse ontem. Tantos sentimentos se confundiram em mim, tantas vontades ficaram sem perspectiva de se tornarem realidade. Não houve quem entendesse o quanto aquilo me afetava, me senti sozinha. Uma solidão pesada demais para aquela fase.

Recebi a depressão como uma amiga insistente. Tive uma adolescência complicada, não apenas pelo excesso de hormônios, mas principalmente pelas inquietações de uma vida com deficiência em uma sociedade precária.

Fui levando a vida como podia, esperando o dia em que nada mais seria possível. Pode parecer um tanto dramático observando de fora, contudo busco aqui retratar com veracidade as emoções confusas deste período. Uma escrita complicada quando se percebe a caminhada completa, os equívocos de tais sentimentos. Ao mesmo tempo há um respeito por essa fase, uma empatia e cuidado em guardar tais lembranças. Esse lugar na memória tornou-se referência para minhas atitudes com os outros. (Depoimento 1)

Ao pedir que os alunos tecessem seus relatos, permitiu-se uma abertura e um acolhimento da alteridade. Nesse sentido, a auto-expressão e a escuta trouxeram a dimensão relacional e comunicacional dos afetos, revelando a importância do outro na constituição do relato de si. A seguir, as palavras de um aluno na casa dos 40 anos, cursando o segundo curso superior. Ele atua como consultor em instituição de ensino e se dizia perdido, sem estímulo para se formar em Jornalismo:

De todas as pessoas com deficiência que já conheci, nenhuma me afetou tão profundamente quanto Getúlio.

Nós nos conhecemos no curso de Letras, da PUC. O curso exige leituras complexas, profundas. Os textos não tinham de ser simplesmente lidos; era necessário reler e reler. E nesse aspecto Getúlio foi bastante prejudicado, pois é deficiente visual. Deixou de enxergar por volta de três anos de idade, em função de uma dessas doenças da infância. Faltou uma vacina.

A PUC aceitou o aluno Getúlio, mas não estava preparada para ele. Em todo o curso, nenhum texto em braille foi entregue a ele. Nem mesmo as avaliações eram em braille. Os professores entravam na sala, em dia de prova, e só então se lembravam de Getúlio. O jeito era pedir a um monitor para acompanhá-lo, com o intuito de ler e escrever para ele.

Desde o primeiro período, pedimos à universidade que Getúlio recebesse os textos em braille. A resposta é que não havia impressora na universidade que fizesse isso. Passamos então a pedir a compra de uma impressora desse tipo. Só conseguimos no penúltimo período. Mesmo assim, Getúlio nunca pôde exercer o direito de ler os textos indicados, nem de escrever as provas em braille. Após a compra da impressora, a desculpa passou a ser a falta de alguém que soubesse manuseá-la.

Mas ele nunca desistiu. Quase nunca faltava. Se precisava de nossa ajuda para fazer algum caminho diferente do usual, dentro ou fora da universidade, bastava que o conduzíssemos uma única vez. E fazia tudo de sorriso aberto, de bem com a vida.

Mesmo com todas as dificuldades, Getúlio se formou com o restante da turma, carregando o sonho de ser professor. Ele enxerga longe, bem mais que muita gente. (Depoimento 3)

Os *relatos de si* (RAGO, 2013; BUTLER, 2015) ainda permitem aos indivíduos perceberem-se como sujeitos políticos, capazes de se expressar e também de ouvir. E, nesse movimento de se ouvir e de ouvir o outro, pode-se encontrar elementos e pistas que levam ao autoconhecimento, e à possibilidade de nomear aquilo que nos define e que, em certa medida, também define o outro.

Politizar meu corpo me dá a oportunidade de dizer das coisas que eu acredito através dos movimento que ele faz e que ele não faz. Sendo mais radical, me dá a oportunidade de existir. E só resiste o que existe.

Retomando a ideia inicial, digo que vivo entre os mundos; o da deficiência e o da não deficiência. Sou percebida como coitada mas também sou percebida como mulherão da porra. E, desse entre mundos, defendo que a experiência da deficiência precisa ser naturalizada. Não “espetacularizada”, para o bem e para o mal.

Eu, do meu lugar de fala, ainda que me faça política, gostaria de, apenas, viver. Chegar em casa, fazer um café, regar as plantas... Mas, como o mundo me joga de um lado para o outro, exemplo de superação, pessoa que inspira cuidados, penso que é mais útil fazer alguma coisa com tudo isso que já vivi. É como eu sempre digo: se a vida te der limões, trate de fazer uma bela torta. Ou, se preferir, uma refrescante caipirinha. (Depoimento 2)

Textos escritos a sós e lidos coletivamente, performados, narrados e comentados. Falas que evocam múltiplas significações e reinterpretações.

A partir do exercício iniciado com os relatos e expandido para os gramados da faculdade - em que fechamos os olhos, ouvimos música, sentimos nosso corpo, refletimos sobre imagens de pessoas com deficiência, falamos sobre as experiências vividas e articulamos as teorias - decidimos que o fechamento da disciplina deveria seguir o tom adotado ao longo do semestre. Um semestre marcado por encontros que, em essência, buscaram tensionar a reflexão teórica com a empiria, mostrando as possibilidades e os desafios dos afetos para a produção de conhecimento.

Sendo assim, numa dinâmica de contar sua história, ocupar um espaço, colocar o corpo e as ideias em movimento, alunos, alunas, professoras, convidadas e convidados compuseram o roteiro final de uma experiência que se “encerra” num movimento de ampla abertura. Abertura para novas visões de mundo. Crônicas cotidianas, performance, dança em cadeiras de rodas, poesia, a fala forte de uma aluna que passou o semestre calada, a observar, canções em português, inglês e francês, ritmos haitianos... um roteiro individualizado, com as peculiaridades de cada um, traçado no estímulo e na espontaneidade, de modo coletivo.

Olhares novamente percorrem a sala, o outro, a cena, o céu lá fora.

Sorrisos

Lágrimas

Abraços

Imagens

Improvisos

Quem diz?

É você e somos nós.

PARA CONTINUAR A REFLEXÃO

Na perspectiva aqui apresentada, a ênfase dada na experiência e na narrativa de vida faz-se fundamental para os estudos sobre deficiência em uma dimensão afetiva de pesquisa. A partir do slogan “nada sobre nós, sem nós”, símbolo do movimento em torno do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, importa dar voz a esses sujeitos, validando-os como fonte de conhecimento.

Portanto, a partir dessa perspectiva, é preciso incluir as pessoas com deficiência na produção de conhecimento dentro do ambiente acadêmico. Por

não ser uma experiência única, ou mesmo um fenômeno que se possa generalizar, a deficiência precisa ser percebida em sua multiplicidade, abarcando suas sínteses e contradições (ELLCESOR et al., 2017).

A fala das pessoas com deficiência é, sobretudo, uma fala que remete a situações de vulnerabilidade por elas vivenciada, sendo assim reveladora de um modo de estar no mundo. Diante dos atravessamentos sociosimbólicos e materiais, que constituem a deficiência, o falar de si é um ato emancipatório. É um exercício que busca escapar aos mecanismos de controle e regulação, para construir e dar visibilidade a outras narrativas possíveis.

No entanto, os caminhos não estão dados e é preciso criar alternativas para que os relatos de si escapem às representações que nos afastam das experiências vividas (MORICEAU, 2017).

Diante desse quadro, deixar-se tomar pelos afetos na pesquisa significa acolher em si aquilo que é pesquisado e afetá-lo em troca. É saber que pesquisador e sujeitos pesquisados se constroem mutuamente nessa relação e criam o mundo sobre o qual escrevem. Nós, pesquisadoras, ainda estamos acalentando, dentro de nós, uma melhor sistematização destas experiências, que contemple não apenas os relatos aqui visibilizados mas a riqueza das experiências que tivemos o privilégio de experimentar. Talvez, em textos futuros, a pesquisa em sua dimensão afetiva nos permita escritas ainda mais acolhedoras. Por ora, é o que conseguimos materializar entre o estar em pesquisa, o estar em sala de aula e o estar em escrita.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ELLCESOR, E., HAGOOD M., KIRKPATRICK, B. Toward a Disability Media Studies. In: ELLCESOR, E., KIRKPATRICK, B. **Disability Media Studies**. New York: NYU Press, 2017. Edição do Kindle.

HARDING, Sandra. Introduction: Is There a Feminist Method? In: Sandra Harding (ed.) **Feminism and Methodology: Social Science Issues**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/2H9yOs2>. Acesso em 23 de outubro de 2017. p. 1-14.

HENDERSON, Dorothy J. Consciousness raising in participatory research:

Method and methodology for emancipatory nursing inquiry. In: **Adv Nurs Sci**, 17(3). Aspen Publishers, Inc, 1995, p. 58-69.

LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. New York: Oxford University Press, 1986.

MARTINO, L. M. S., MARQUES, A. C. S. A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. **Revista Matrizes**, v.12, no 2, maio/ago. 2018, p. 217-234.

MORICEAU, Jean-Luc. Longe da distância representativa: uma pesquisa que comunica e organiza. In: MARQUES, Ângela et al (Org). **Comunicação organizacional: Vertentes conceituais e metodológicas**. 1ª edição. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.

MORICEAU, Jean-Luc. Une approche affective de la communication organisationnell, **Revue française des sciences de l'information et de la communication** [En ligne], 9 | 2016.

PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2018.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Unicamp, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, 2(2), 46-71, 1988. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>.

SIMI, G. (2018). Ben Highmore:. **MATRIZes**, 12(2), 113-131.